

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTRATÉGIA
DA SAÚDE DA FAMÍLIA**

RAYBERTO QUEVEDO LEON

**PROMOÇÃO DA SAÚDE – IMPORTÂNCIA E DIVULGAÇÃO NA
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE/PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA EM
SÃO JOÃO DEL-REI**

Juiz de Fora / MG
2016

RAYBERTO QUEVEDO LEON

**PROMOÇÃO DA SAÚDE – IMPORTÂNCIA E DIVULGAÇÃO NA
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE/PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA EM
SÃO JOÃO DEL-REI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Estratégia em Saúde
da Família, Universidade Federal de Minas Gerais,
para obtenção do Certificado de Especialista.

Orientadora: Profa Rebeca dos Santos Duarte Rosa

Juiz de Fora / MG
2016

RAYBERTO QUEVEDO LEON

**PROMOÇÃO DA SAÚDE – IMPORTÂNCIA E DIVULGAÇÃO NA
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE/PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA EM
SÃO JOÃO DEL-REI**

Banca examinadora

Examinador 1: Profa. Rebeca dos Santos Duarte Rosa

Examinador 2 – Prof. Nome - Instituição

Aprovado em Belo Horizonte, em de de 2016.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas com as quais eu pude conviver até agora
nesta trajetória maravilhosa que o Programa “MAIS MÉDICOS” tem me
proporcionado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda a equipe da Unidade Básica de Saúde do Distrito de São Sebastião da Vitória que me auxiliou direta ou indiretamente na realização deste trabalho.

Agradeço a todos aqueles que me acompanharam e me permitiram a finalização deste curso.

“Ninguém consegue fazer melhor sozinho tudo aquilo que podemos fazer juntos.”

(Autor Desconhecido)

RESUMO

Sabe-se que a saúde é direito de todos, garantido pela Constituição Federal e por políticas públicas governamentais: sociais e econômicas. Sendo assim, torna-se necessária a divulgação dos princípios e das ações hoje desenvolvidas nesta área, que beneficiem a população em geral. Nessa direção, este trabalho teve como principal intuito refletir sobre a prática da promoção da saúde com usuários do município de São João del-Rei (MG), mais especificamente com aqueles vinculados à Unidade Básica de Saúde do Distrito de São Sebastião da Vitória, destacando a importância dessa política para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos e a necessidade de se desenvolver ações que busquem, cada vez mais, essa melhoria. Para essa reflexão foram usadas como norteadores as principais diretrizes que favorecem a promoção da saúde, adotadas atualmente no país. Por esse motivo, como referencial teórico, utilizou-se a legislação da Política Nacional de Promoção da Saúde vigente e desenvolvida, atualmente, nos municípios brasileiros. Foram realizadas oficinas de promoção da saúde, mais especificamente com usuários vinculados à Unidade Básica de Saúde do Distrito são-joanense de São Sebastião da Vitória, nas quais buscou-se destacar a importância dessa política para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos e a necessidade de se desenvolver ações permanentes que busquem essa melhoria. Por meio dessa atividade prática foi possível conscientizar os participantes das oficinas sobre a temática estudada e elaborar proposta de ações em benefício de toda a comunidade.

Palavras-chave: atenção básica; políticas públicas; promoção da saúde.

ABSTRACT

It is known that health is everyone's right, guaranteed by the Constitution and by government policies: social and economic. Thus, it is necessary to disseminate the principles and actions today developed in this area, which benefit the general population. In this direction, this work had as main objective to reflect on the practice of health promotion with users of the municipality of São João del Rei (MG), more specifically those related to the Basic Health Unit of San Sebastian's Victoria district, highlighting the importance of this policy to improve the quality of life for themselves and the need to develop actions that seek, increasingly, this improvement. For this reflection were used as guiding the main guidelines that favor health promotion, currently adopted in the country. For this reason, as a theoretical reference, we used the law of the National Policy for the Promotion of Health and current developed currently in Brazilian municipalities. health promotion workshops were held, specifically with users linked to District Health Unit are-joanense of São Sebastião da Vitória, in which we sought to highlight the importance of this policy to improve the quality of life for ourselves and need to develop permanent actions that seek the improvement. Through this practical activity was possible to raise awareness among participants of the workshops on the subject studied and elaborate proposal of actions for the benefit of the whole community.

Key words: primary care; public policy; health promotion

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUS – Sistema único de Saúde

CF – Constituição Federal

MNNP – Mesa Nacional de Negociação Permanente

UBS – Unidade Básica de Saúde

PSF – Programa Saúde da Família

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
2. Objetivos.....	15
2.1 – Objetivo Geral.....	15
2.2 – Objetivos Específicos.....	15
3. Fundamentação Teórica.....	16
3.1. Política Social de Saúde no Brasil – Marco Legal.....	16
3.2 - A Saúde e suas expressões no campo da política social.....	17
4. Metodologia.....	21
5. Análise dos Resultados.....	23
6. Considerações Finais.....	24
.	
7. Referências.....	25

1. INTRODUÇÃO

Em decorrência da 8ª Conferência Nacional de Saúde ocorrida em 1990, foi implantado, no país, o Sistema Único de Saúde – SUS, representando um avanço nas políticas públicas para a saúde. Essas políticas públicas sociais e de saúde vêm buscando proporcionar à população brasileira a garantia de direitos proclamados na Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece em seu Artigo 196 que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Contempladas no importante Protocolo da Mesa Nacional de Negociação permanente do SUS (MNNP-SUS) do Sistema Único de Saúde, pactuadas entre secretarias do Ministério da Saúde, gestores e profissionais da área é um desafio de resolver questões em relação a organização dos ambientes e dos processos de trabalho referentes à assistência aos usuários do SUS, tendo como objetivo promover melhorias nas condições de saúde dos cidadãos. (BRASIL, 2006).

A promoção efetiva da saúde passa a ser, assim, uma estratégia do SUS, na busca de se resolver problemas crônicos enfrentados pelos governos federal, estadual e municipal, em todos os âmbitos.

Dessa forma, a Política Nacional de Promoção da Saúde tem como objetivo principal promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições e trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais (BRASIL, 2006).

Segundo a Portaria GM/MS 687, de 30 de março de 2006, as principais prioridades desta política são:

- Divulgação e implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde;
- Alimentação Saudável;
- Prática corporal/atividade física;
- Prevenção e controle do tabagismo;
- Redução da morbi-mortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas;
- Redução da morbi-mortalidade por acidentes de transito;
- Prevenção da violência e estímulo à cultura de paz;
- Promoção do desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto, faz-se necessário a discussão da Política Nacional de Promoção da Saúde dentro das Unidades Básicas de Saúde - UBS e do Programa Saúde da Família - PSF, onde uma dimensão importante a ser discutida é a prática da promoção da saúde, sua importância e benefícios na qualidade de vida do usuário.

Enfim, este projeto tem a finalidade de abranger todos os cidadãos da comunidade do Distrito de São Sebastião da Vitória, localizado no município de São João del-Rei, Minas Gerais, apresentando e discutindo com os mesmos a Política Nacional de Promoção da Saúde, além de incentivar a prática através das ações de promoção da saúde desenvolvidas em um plano de ação.

O bem estar e a qualidade de vida são uma das principais prerrogativas da Política Nacional de Promoção da Saúde. Boa parte das famílias assistidas no Distrito de São Sebastião da Vitória apresentam situações de riscos como:

alimentação inadequada, que maioria dos usuários não praticam atividades físicas regularmente, que ainda é considerável o número de tabagistas, o número de casos de doenças crônicas como hipertensão, diabetes e câncer, além da preocupação da saúde mental e stress.

Para que esta prática aconteça é importante o envolvimento do poder público, dos servidores de saúde da sociedade. Sendo importante destacar que humanização é fundamental para garantir a valorização do trabalho na prevenção de saúde. (BRASIL, 2006)

É possível perceber que estas políticas de saúde visam garantir melhoria da qualidade de vida da população através das ações de vigilância, controle de risco e educação.

Diante disso, o trabalho aqui apresentado teve como principal intuito refletir sobre a prática da promoção da saúde com usuários do município de São João del-Rei, mais especificamente com aqueles vinculados à Unidade Básica de Saúde do Distrito de São Sebastião da Vitória, destacando a importância dessa política para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos e a necessidade de se desenvolver ações que busquem essa melhoria. Além disso, pretende-se discutir as principais diretrizes que favoreçam a promoção da saúde. Este projeto tem como referencial teórico a legislação da Política Nacional de Promoção.

2. OBJETIVOS

2.1 - Objetivo Geral:

- Divulgar a Política Nacional de Promoção da Saúde à população do Distrito de São Sebastião da Vitória, município de São João del-Rei (MG), visando criar melhores condições de saúde e garantir a qualidade de vida dos usuários.

2.2 - Objetivos Específicos:

- Divulgar a Política Nacional de Promoção da Saúde;
- Garantir melhorias da qualidade de vida e incentivar o planejamento de ações de promoção da saúde;
- Promover a saúde dos moradores do Distrito de São Sebastião da Vitória de São João del-Rei, através do desenvolvimento de ações de vigilância, controle de risco, de prevenção e de educação.

3. Referencial Teórico

3.1. Política Social de Saúde no Brasil – Marco Legal

Atualmente, no Brasil, o marco regulatório da Saúde é o Sistema Único de Saúde - SUS, preconizado na lei n 8.080, de 19 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Conforme o art. 5º da Lei 8080/ 90, são objetivos do Sistema Único de Saúde no Brasil:

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei;

III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas;

O art. 198 da Constituição Federal, preconiza os princípios e diretrizes desta política dentre eles:

- Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;
- Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;
- Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;
- Participação da comunidade;

De acordo com a portaria ministerial 687/2006 que trata da Política Nacional de Promoção da Saúde no Brasil confere destacar:

Em 1986, a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) tinha como tema “Democracia é Saúde” e constituiu-se em fórum de luta pela descentralização do sistema de saúde e pela implantação de políticas sociais que defendessem e cuidassem da vida (Conferência Nacional de Saúde, 1986). Era um momento chave do 1º movimento da Reforma Sanitária brasileira e da afirmação da indissociabilidade entre a garantia da saúde como direito social irrevogável e a garantia dos demais direitos humanos e de cidadania. O relatório final da 8ª CNS lançou os fundamentos da proposta do SUS (BRASIL, 1990a). Na base do processo de criação do SUS encontram-se: o conceito ampliado de saúde, a necessidade de criar políticas públicas para promovê-la, o imperativo da participação social na construção do sistema e das políticas de saúde e a impossibilidade do setor sanitário responder sozinho à transformação dos determinantes e condicionantes para garantir opções saudáveis para a população. Nesse sentido, o SUS, como política do estado brasileiro pela melhoria da qualidade de vida e pela afirmação do direito à vida e à saúde, dialoga com as reflexões e os movimentos no âmbito da promoção da saúde.

3.2. A Saúde e suas expressões no campo da política social

Os programas de saúde atualmente desenvolvidos no país vêm configurando-se como políticas de bem estar social.

Conforme Behring e Boschetti (2006), a política social é um processo revelador da interação social de um conjunto muito rico de determinações econômicas, políticas e culturais, no mesmo passo em que é coberto pelo véu ideológico do “mundo pseudoconcreticidade”.

Um mundo que segundo KosiK (1986) precisa ser destruído para que possamos ir além das suas representações fenomênicas.

Esse tipo de política, ao contrário de uma investigação fortemente descritiva e com excessivos dados técnicos, possibilita análises por meio de um estudo mais profundo da política social que privilegia os sujeitos políticos envolvidos a partir de uma perspectiva crítico-dialética.

A esse respeito Behring e Boschetti (2006, p. 36) afirmam que

a análise das políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e da luta de classe que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, uma vez que se trata de(...) tentar resolver problemas sociais sem questionar sua (im)(possibilidade de assegurar justiça e equidade social dentro do capitalismo.

No campo das políticas sociais existem ainda inferências de algumas correntes de pensadores que as analisam somente sob o prisma da acumulação capitalista e da luta de classes, delegando ao Estado a exclusividade de sua execução, uma vez que não consideram os conflitos e a correlação de forças inerentes ao aparelho estatal.

No entanto, esses pensadores detêm uma visão unilateral pela fragilidade que demonstra na abordagem dos processos sociais sem, contudo, reconhecer a centralidade dentro da agenda de lutas de forma a assegurar direitos, bem como contrapor-se a lógica do capital.

Assim, para Behring e Boschetti (2006, p. 30)

A análise das políticas sociais sob o enfoque dialético precisa considerar alguns elementos essenciais para explicar seu surgimento e desenvolvimento. O primeiro é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevaletentes.

O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais, e o terceiro é o papel das classes sociais.

Nessa perspectiva, a Política de Social de Estratégia da Saúde da Família vem se propondo a promover o acesso da população usuária do sistema público de saúde em sua integralidade e universalidade.

Do ponto de vista da universalidade, a Saúde compreendida enquanto uma política pública social, com forte viés social e elaborada pelo conjunto da sociedade, torna-se pano de fundo para a efetivação da intervenção proposta na Política de Promoção da Saúde.

Para o estudo de políticas públicas sociais é necessário considerá-las no contexto do Estado capitalista e nas múltiplas determinações salientes no interior de suas relações.

Hofling (2001) nos diz que as políticas sociais – e a educação- se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação. “As políticas sociais e a educação se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social” (HOLFLING, 2001, p. 30).

Para além da política pensada de forma setorial, há de se importar com a sua historicidade, seu processo de formação e a influência que impõe ao seu processo de desenvolvimento das sociedades, assim como a sua interface com outras políticas asseguradas no Brasil.

Por esse prisma, a influência da tradição marxista tem forte inclinação nas concepções das políticas, dada a sua abordagem dialética que também analisa o Estado, a produção e reprodução da riqueza acumulada e as relações reguladas dentro da sociedade do Capital.

A tradição marxista desdobra-se num amplo espectro de tendências e mesmo teorias – aliás coerente com seus pressupostos referentes à construção histórica de conceitos. Enraizadas nas clássicas formulações de Marx em relação ao Estado e as ações estatais- as quais estariam, em última instância, voltadas para a produção e reprodução de condições favoráveis à acumulação do capital e ao desenvolvimento do capitalismo -, outras se desdobram na análise da complexa questão da autonomia e possibilidade de ação do Estado capitalista frente às reivindicações e demandas dos trabalhadores e

dos setores não beneficiados pelo desenvolvimento capitalista.
(HOFLING, 2001, p. 32)

Por isso a necessidade de identificar o posicionamento do Estado Brasileiro frente à implantação e implementação dos Programas concernentes à Saúde, e em particular aos que se destinam à promoção da saúde.

E numa visão dialética, promover a conscientização dos usuários do sistema de saúde brasileiro será possível por meio de ações educativas implementadas no âmbito dos Programas de Saúde Familiar, tendo em vista que o contato das equipes, que diretamente neles atuam, com a população pode vir a ser um facilitador.

4. Metodologia

Como local para a realização deste trabalho foi escolhida a cidade de São João del – Rei, no estado de Minas Gerais, por ser onde é desenvolvido o trabalho na área de saúde, do propositor da intervenção aqui relatada.

A cidade de São João del-Rei fica localizada na Região do Campo das Vertentes do Estado e configura-se como uma cidade Histórica, que tem abrigado uma grande população flutuante universitária.

Esta cidade possui um distrito denominado São Sebastião da Vitória, com uma população considerada de área rural, mas que conta com o funcionamento de um CRAS e de uma Unidade Básica de Saúde - UBS, no qual o relator dessa intervenção vem dando atendimento médico, por meio do Programa “Mais Médicos”, do Governo Federal.

Foi mais precisamente nesse distrito que realizou-se a divulgação do Programa Nacional de Promoção da Saúde, objetivo desse trabalho, visando à aproximação dos profissionais de saúde atuantes na comunidade com a população local, para dar a esse público conhecimento da Política Nacional de Promoção da Saúde.

Para isso, a metodologia proposta foi a realização de um seminário e de oficinas, oferecidos à população do distrito, usuária da Unidade Básica de Saúde ou não.

Essas atividades aconteceram no Salão Paroquial do Distrito de São Sebastião da Vitória, no município de São João del-Rei, conduzida pela Equipe de Saúde da Família, atuante nesta comunidade.

Essas oficinas foram planejadas e executadas a partir de material teórico, formulado com base na legislação que ampara a criação e o funcionamento do Programa Nacional de Promoção da Saúde no Brasil.

O formato das oficinas foi pautado numa articulação teórica com atividades práticas, tendo como eixo o trabalho de equipe e a ação educativa.

Foi apresentada, aos participantes, a Política Nacional de Promoção da Saúde e proporcionadas atividades de cunho prático, por meio de dinâmicas de grupo que culminou na elaboração de um plano coletivo, contemplando as ações a serem realizadas/implantadas na UBS, onde todas as pessoas envolvidas deverão colocar em prática os conhecimentos adquiridos, relacionados à promoção da saúde e bem estar da população local, atendida na respectiva Unidade Básica de Saúde.

5. Análise dos Resultados

Para a realização desse trabalho, houve uma intensa divulgação das oficinas propostas, junto à população local, por meio de avisos nas missas, panfletagem de convites e fixação de cartazes na escola e nos estabelecimentos comerciais.

O êxito dessa divulgação foi comprovado com o alto número de participantes nas duas oficinas e no seminário oferecidos, superando, inclusive, a expectativa da equipe coordenadora.

O público envolvido esteve quase que integralmente presente nos três momentos propostos para a capacitação e demonstrou interesse imediato pela temática. Foram proporcionados vários momentos de interação entre as pessoas que participaram, por meio de atividades em grupo que ocorreram nas duas oficinas realizadas.

As oficinas estruturaram-se em dinâmicas de grupo envolvendo o conteúdo dos documentos oficiais da Política Nacional de Promoção da Saúde, com suas diretrizes, princípios e proposições.

Solicitou-se opiniões e sugestões, durante o Seminário realizado, que foram ativamente emitidas por lideranças presentes e também pela população em geral, bem como, abriu-se um espaço para perguntas e pedido de esclarecimentos, por parte de quem não se sentia ainda seguro sobre as informações repassadas e debatidas.

Mediante as ações desenvolvidas durante a capacitação (oficinas, momentos de integração e seminário), os servidores e usuários da comunidade abrangente obtiveram a compreensão e o conhecimento que lhes permitiram debater, tomar decisões, desenvolver um plano para implementar as ações de promoção da saúde no Distrito de São Sebastião da Vitória, em consonância com a legislação vigente e com as políticas públicas sociais propostas para a Saúde.

6. Considerações Finais

Tendo em vista que a política nacional de promoção da saúde visa o bem estar e a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros o desenvolvimento de um trabalho de divulgação dessa política se tonou de grande relevância para a população de São Sebastião da Vitória no sentido da conscientização sobre os direitos e possibilidades da assistência anunciada no Programa de Saúde da Família.

Para garantir o bom atendimento a ser proporcionado pelas políticas sociais de saúde atuais é necessário o conhecimento de sua fundamentação e de seus princípios, por parte de seus usuários, para que acessem adequadamente os serviços oferecidos.

Nesse sentido, o trabalho de divulgação que foi realizado e que aqui foi relatado representou uma importante ação na busca de uma melhor integração entre equipes de atendimento e população atendida.

Além disso, representou um grande passo em direção à humanização dos serviços públicos de saúde, pois deu um destaque fundamental para a necessidade de valorização do trabalho na prevenção de saúde.

Com essas ações de conscientização na comunidade de São Sebastião da Vitória em São João del-Rei, foi possível esclarecer e convencer que as atuais políticas nacionais de saúde visam garantir melhoria da qualidade de vida da população pelas iniciativas de vigilância, controle de risco e educação.

Podemos concluir que os objetivos desse trabalho foram então atingidos já que usuários do município de São João del-Rei, representados mais diretamente por aqueles vinculados à Unidade Básica de Saúde do Distrito de São Sebastião da Vitória, conheceram e reconheceram a importância da política de promoção da saúde para o seu próprio bem estar e de toda a coletividade.

7. REFERÊNCIAS

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Atenção Primária à Saúde e Promoção da Saúde** – Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 197p.

BRASIL. **Portaria GM/MS 687 de 30 de março de 2006**. Brasília, 2006.

BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde**. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010.

Gondim, Roberta (Org.) **Qualificação de Gestores do SUS**./Organizado por Roberta Gondim, Victor Gradois e Walter Mendes – 2.ed. rev. Ampl.-Rio de Janeiro, RJ:EAD/ENSP, 2011. 480p.

HOFLING, Eloisa. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos CEDES, ano XXI, n. 55. 2001.

Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde (Documento para discussão)**. Brasília, 2002. 48 p.

<http://www.retsus.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=316>

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar_texto.cfm?idtxt=28288

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf